

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-PL – realizada no SAAE Capivari - Capivari/SP, em 25/10/2013, das 9h às 11h26min, e no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, Campinas/SP, em 29/10/2013, das 9h às 16h.

Membros com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Repr. com procuração
01	IGAM	Renata Maria Araujo	Titular	Ausente	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Presente	
02	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Angelo César Bosqueiro	Titular	Presente	
		Sérgio Rocha Lima Diehl	Titular	Presente	
	Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira	Suplente	Ausente	
		Eduardo Meira Campos	Suplente	Justificou	
03	Secretaria da Logística e Transportes	Marcelo Poci Bandeira	Titular	Justificou	
		Augusto Olavo Leite	Titular	Justificou	
	Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima	Suplente	Presente	
		Josmar Machado Camargo	Suplente	Ausente	
04	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Presente	
		José Roberto Fumach	Titular	Presente	
	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Presente	
		Marcos César Prado	Suplente	Ausente	
05	SSRH	Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo)	Titular	Presente	
		Leonildo Ednilson Urbano (Secretário-Executivo Adjunto CBH-PCJ)	Titular	Presente	
	DAEE	Luiz Roberto Moretti	Suplente	Presente	
		Caroline Túbero Bacchin	Suplente	Ausente	
06	SMA	Egberto da Fonseca Casazza	Titular	Presente	p/ Umberto Kubota
		Roberta Hammerat de Araújo Pinto	Titular	Ausente	
	CETESB	Eneida Mara Moraes Zanella	Suplente	Presente	
		Rita de Cássia Lorenzi	Suplente	Presente	
07	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Presente	
	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Suplente	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Presente	
08	P. M. de Jundiá	Pedro Antonio Bigardi	Titular	Ausente	
		Maria das Graças Martini	Titular	Presente	
	P. M. de Jaguariúna	Tarcísio Cleto Chiavegato	Suplente	Ausente	
		Irineu Gastaldo Júnior	Suplente	Presente	
09	P. M. de Morungaba	José Roberto Zem	Titular	Ausente	
		Gilberto de Mattos	Titular	Presente	
	P. M. de Limeira	Paulo Cezar Junqueira Hadich	Suplente	Ausente	
		Alquermes Valvassori	Suplente	Presente	
10	P. M. de Rio Claro	Palmínio Altimari Filho	Titular	Ausente	
		Geraldo Gonçalves Pereira	Titular	Presente	
	P. M. de Capivari	Rodrigo Abdala Proença	Suplente	Presente	p/ Vitor Hugo Riccomini (Vice-prefeito)
		José Luiz Cabral	Suplente	Presente	
11	P. M. de Vargem	Aldo Francelino Moyses	Titular	Ausente	
		Michele Consolmagno	Titular	Presente	
	P. M. de Bragança Paulista	Fernão Dias da Silva Leme	Suplente	Ausente	
		Luis Natividade	Suplente	Presente	
12	P. M. Extrema	Luiz Carlos Bergamin	Titular	Ausente	
	P. M. Itapeva	Paulo Henrique Pereira	Titular	Presente	
		Cláudia Viveani de Moraes Andrade	Suplente	Ausente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-PL – realizada no SAAE Capivari - Capivari/SP, em 25/10/2013, das 9h às 11h26min, e no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, Campinas/SP, em 29/10/2013, das 9h às 16h.

		Sidney José da Rosa (Secr.-executivo Adjunto CBH-PJ)	Suplente	Presente	
13	FLORESPI	Ricardo Otto Leão Schmidt	Titular	Ausente	
	Elo Ambiental	Claudia Grabher (Coordenadora-Adjunta da CT-RN)	Suplente	Presente	
14	AEJ	Jaime Ramiro	Titular	Presente	
	AAEAA	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Ausente	
15	IPSA	Waldemar Bóbbo	Titular	Presente	
	Fórum das Entidades Civas	Filipe Marcelo Gonçalves Becari	Suplente	Ausente	
16	Rotary Internacional D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi (Coordenador da CT-ID)	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar	Suplente	Presente	
17	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Presente	
	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana - BIOS	Isaac Borges da Rosa	Suplente	Ausente	
18	Associação dos Atrativos de Salto	José Carlos Zambone	Titular	Presente	
	ABES-MG	Adelson Diamond Candido	Suplente	Ausente	
19	CIESP – DR Jundiaí	Roberto Mario Polga	Titular	Presente	
	CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso	Suplente	Justificou	
20	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	ÚNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
21	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (Coordenador CT-Rural)	Suplente	Presente	
22	COPASA	Waldir Souza	Titular	Presente	
		Alexandre José Grego	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Indaiatuba	José Rodolfo Penatti	Suplente	Presente	p/ Ricardo Dias Pacheco
23	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinell	Suplente	Presente	
24	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Presente	
		José Roberto Fumach	Titular	Presente	
	ABCON	José Benedito da Silva Braga Filho	Suplente	Presente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL	ASSEMAE	Marco Antônio dos Santos	Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL	Presente
CT-EA	IF	Maria Luísa Bonazzi Palmieri	Coordenador	Presente
CT-Indústria	CIESP – Campinas	Jairo Alves Junior	Coordenador	Presente
CT-Indústria	CIESP – Americana	Leandro Zanini Santos	Coordenador-Adjunto	Presente
CT-MH	DAEE	Astor Dias de Andrade	Coordenador	Presente
CT-MH	DAEE	Cláudia Hornhardt Siqueira Fonseca	Coordenadora-Adjunta	Presente
CT-OL	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Coordenador	Presente
CT-PB	DAEE	Regina Aparecida Ribeiro	Coordenadora	Presente
CT-RN	IAC	Rinaldo de Oliveira Calheiros	Coordenador	Presente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-PL – realizada no SAAE Capivari - Capivari/SP, em 25/10/2013, das 9h às 11h26min, e no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, Campinas/SP, em 29/10/2013, das 9h às 16h.

CT-SA	DAE S.B.O.	Célia Maria Campos	Coordenadora	Presente
-------	------------	--------------------	--------------	----------

Entidade Convidada	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi (Diretora Técnica e Diretora-presidente em exercício)
	Sérgio Razera (Diretor Administrativo-Financeiro)
	Ivanise Pachane Milanez
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
	Marina Peres Barbosa
	Ronnie Carlos Peguim
	Juliana Prado Guilmo
	Pedro Franco
	Eduardo Cuoco Léo
	Helena Gonçalves
	Leonardo Lucas Baumgratz
	Elaine Franco de Campos
Ministério Público Estadual – GAEMA PCJ - Piracicaba	Ivan Carneiro Castanheiro
	Alexandra Faccioli Martins
	Michel Metran da Silva
Ministério Público Estadual – GAEMA PCJ - Campinas	Rodrigo Sanches Garcia
	Geraldo Navarro Cabañas
Ministério Público Federal	Sandra Akemi Shimada Kishi
	Daniel Fontenele Sampaio Cunha
EPS Consultoria Ambiental	Waldomiro Martini
AFOCAPI	Rodrigo Cristofolletti
DAEE – Rio Claro	Willy Werner Grassmann Bobbo
CIESP – Campinas	Stefan Rohr
SABESP	Nilzo René Nunes
SANASA	Vladimir José Pastore
Foz do Brasil	Antonio Carlos Valente
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa
Consórcio PCJ	Alexandre Vilella

1. **Pauta e Abertura:** A convocação da reunião e a pauta foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica, em 16/10/2013. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, que cumprimentou a todos e agradeceu a ao SAAE Capivari pela cessão do espaço. Passou a palavra ao Sr. Vitor Hugo Riccomini, Vice-Prefeito de Capivari, o qual deu as boas-vindas, justificou a ausência do Prefeito Municipal, Sr. Rodrigo Abdala Proença, parabenizou os trabalhos realizados pelos Comitês PCJ e desejou uma boa reunião a todos. Na sequência, o Sr. Moretti, informou a presença na reunião do Procurador-Geral da República, do Ministério Público Federal, Dr. Daniel Fontenele Sampaio Cunha, dos Promotores do Ministério Público Estadual – GAEMA PCJ – Piracicaba, Dr. Ivan Carneiro Castanheiro e Dra. Alexandra Faccioli Martins dos Promotores do Ministério Público Estadual – GAEMA PCJ – Campinas Dr. Rodrigo Sanches Garcia e Dr. Geraldo Navarro Cabañas. **2. Informes: 2.1. pela Secretaria Executiva:** O Sr. Moretti iniciou a seção informando que desde agosto de 2013 o Ministério Público de São Paulo passou a disponibilizar ao público, por meio do

Sistema Compartilhado de Informações, dados sobre inquéritos civis; procedimentos preparatórios de inquéritos civis que tiveram ou têm como objeto questões ambientais; termos de ajustamentos de conduta (TAC); além de promoção de arquivamento de inquérito civil, homologação e data de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público em matéria ambiental. As informações referem-se a procedimentos abertos, ou em trâmite, pelas Promotorias de Justiça da Capital e do interior, além de Grupos Especiais de Atuação, como o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA). A disponibilização de dados faz parte de um acordo de cooperação de intercâmbio de informações e de soluções em tecnologia da informação e assistência mútua, assinado ontem entre o Ministério Público de São Paulo, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). O Sr. Moretti comentou sobre as participações de representantes dos Comitês PCJ, por meio de comitiva das coordenações das câmaras técnicas, membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência PCJ, dos nossos representantes no Fórum Nacional de CBHs e representantes da CT-PL, que estiveram

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-PL – realizada no SAAE Capivari -Capivari/SP, em 25/10/2013, das 9h às 11h26min, e no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, Campinas/SP, em 29/10/2013, das 9h às 16h.

entre os dias 14 a 18 de outubro de 2013, em Porto Alegre/RS, participando do XV ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas que abordou o tema “Comitês de Bacias: Ponte para cooperação pelas águas”, onde, também, na ocasião, as Câmaras Técnicas do Plano de Bacias (CT-PB) e de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) apresentaram trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti informou que as inscrições do Prêmio Yara de Comunicação 2013, promovido pelos Comitês PCJ, encerraram-se no dia 05 de outubro, tendo um total de 95 inscrições nas quatro categorias do prêmio, sendo na categoria jornalismo impresso - jornais com periodicidade diária ou semanal com 37 matérias; jornalismo impresso – revista, com 10 matérias; jornal institucional, com 30 matérias e trabalho universitário, com 19 matérias. Os trabalhos estão sendo avaliados a partir da qualidade editorial, da contextualização e pluralidade dos aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais, da profundidade da abordagem do conteúdo e do interesse público, sendo a avaliação realizada por uma comissão julgadora composta de jornalistas e comunicadores que atuam na área de recursos hídricos e meio ambiente nas diferentes esferas da comunicação. O Sr. Moretti lembrou a todos que a premiação ocorrerá no dia 22 de novembro, em Piracicaba/SP, ocasião na qual também será celebrado a comemoração dos 20 anos de instalação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ); os 10 anos de instalação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ FEDERAL) e os 5 anos de instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ), convidando a todos a participarem. O Sr. Moretti informou que foi realizada no dia 17 de setembro de 2013, na sede do Departamento de Água e Esgoto de Jundiá - DAE/Jundiá, a 1ª Reunião INTERCÂMARAS dos Comitês PCJ, que contou com a presença de 179 representantes das 12 Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, com o objetivo de analisar e discutir a renovação da outorga do Sistema Cantareira, promovendo a divulgação de informações técnicas sobre esse assunto. O Sr. Moretti informou que o Governo do Estado, por meio do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, e sob coordenação das Secretarias de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, de Meio Ambiente e de Planejamento e Desenvolvimento Regional, contratou no ano de 2008 os estudos do Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista, com o objetivo de analisar alternativas de novos mananciais para o suprimento de água para a região até o ano de 2035. A região da Macrometrópole compreende as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba, e os aglomerados urbanos de Jundiá, Piracicaba e Sorocaba; ocupa uma área de 52 mil km², contendo 180 municípios e 74% da população do Estado, e envolve 9 UGRHs (Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos). Assim, visando à

apresentação e discussão dos resultados do estudo, foram realizados três seminários regionais (com abordagem técnica): no dia 01/10, na FIESP em São Paulo, com público alvo dos Comitês Alto Tietê, Baixada Santista e Ribeira de Iguape; no dia 02/10, no IAC - Campinas, com público alvo dos Comitês PCJ, Mogi-Guaçu, Sorocaba/Médio Tietê e Alto Paranapanema; e no dia 03/10, no SEST SENAT - Taubaté, com público alvo dos Comitês Paraíba do Sul, Serra da Mantiqueira, Litoral Norte e Comitê Federal do Paraíba do Sul (CEIVAP). Após as considerações reunidas em cada evento, houve a apresentação final dos resultados dos estudos de Aproveitamento de Recursos Hídricos da Macrometrópole Paulista, ocorrida no dia 23 de outubro de 2013, em São Paulo, contando a participação dos representantes dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti lembrou a todos que, conforme Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 012/04, de 30/07/2004, são indicados para participarem do Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (RBCV), como representantes dos Comitês PCJ, o Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), como representante titular, e o Coordenador Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID), como representante suplente. Diante do exposto o Sr. Moretti informou que no dia 03 de outubro de 2013, ocorreu a posse dos membros para o mandato 2013-2015 do Conselho de Gestão da RBCV, onde o Coordenador da CT-ID, Sr. Luiz Antonio de Carvalho Silva e Brasi, esteve presente. O Sr. Moretti comunicou que no mês de setembro de 2013 ocorreram dois seminários promovidos pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, com os temas: “O Impacto da Nova ISO 9001 nos Sistemas de Gestão da Qualidade”, realizado no dia 12/09/2013, no anfiteatro da SANASA, na cidade de Campinas-SP, promovido pela Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) e pela Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), e a apresentação do projeto “Desenvolvimento e Implantação de um Sistema de Informações Geográficas para Subsidiar a Gestão da Água Subterrânea e o Estabelecimento de Áreas de Controle e Restrição de seu Uso nas Bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá”, que foi financiado pelo FEHIDRO e que teve como tomadora a SANASA, ocorrido no dia 26/09/2013, nas dependências da SANASA, no município de Campinas/SP. O Sr. Moretti parabenizou a iniciativa das duas câmaras técnicas e da SANASA pela idealização e realização dos eventos. O Sr. Moretti convidou a todos para participarem, no dia 07 de novembro de 2013, no município de Campinas/SP, da 12ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ e ressaltou a importância da participação na presente reunião. **2.2. pela Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor Administrativo-financeiro da Agência das Bacias PCJ, que informou que ocorreu no dia 16 de outubro, durante o XV ENCOB – Encontro Nacional de Comitês de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-PL – realizada no SAAE Capivari -Capivari/SP, em 25/10/2013, das 9h às 11h26min, e no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, Campinas/SP, em 29/10/2013, das 9h às 16h.

150 Bacias Hidrográficas, o Encontro das Entidades
Delegatárias/Equiparadas com Funções de Agências de Bacias
Hidrográficas, que teve como discussão principal a Resolução
ANA nº 552/11, que estabelece os procedimentos para
compras e contratação de obras e serviços com emprego de
recursos públicos pelas entidades delegatárias de funções de
155 agência de água, nos termos do art. 9º da Lei nº 10.881, de 9
de junho de 2004 e da Lei nº 8666/93, que regulamenta o art.
37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas
para licitações e contratos da Administração Pública. O Sr.
Sérgio mostrou ao plenário que, no âmbito do Conselho
160 Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e suas respectivas
Câmaras Técnicas, ocorreram, no dia 04 de setembro de 2013,
em Brasília/DF, e no dia 16 de outubro, durante o XV
ENCOB, reuniões da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso
de Recursos Hídricos – CTCOB, onde se discutiu a proposta
165 dos novos valores para os PUBs da cobrança pelo uso de
recursos hídricos de domínio da União das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí,
conforme proposto pela Deliberação dos Comitês PCJ nº
160/12, de 14/12/2012. A CTCOB, após análise e discussões
170 encaminhou proposta de aprovação de reajuste dos PUBs, para
a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais –
CTIL/CNRH, que apreciará o assunto no dia 12 de novembro,
durante sua 130ª Reunião Ordinária, para posterior finalização
do processo na Reunião Plenária do CNRH, prevista a ocorrer
175 em dezembro do ano corrente. No âmbito do Conselho
Estadual Paulista de Recursos Hídricos (CRH), a proposta
encaminhada pelos Comitês PCJ, foi discutida pela Câmara
Técnica de Cobrança do CRH, na presente data (25/10/2013),
e a expectativa é que o CRH analise a proposta em 12 de
180 dezembro de 2013, em data de sua próxima reunião. Na
sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para a Sra. Patrícia
Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora-Técnica e Diretora-
presidente em exercício da Agência das Bacias PCJ, que
informou que será realizado no dia 30 de outubro, no
185 município de Americana/SP, seminário para discussão do
Programa de Efetivação do Enquadramento no âmbito da
Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), e no dia 28 de
novembro de 2013, em Piracicaba/SP, sob organização da
Câmara Técnica de Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN)
190 e da Agência das Bacias PCJ, será realizado Workshop do
Projeto de Atualização do Plano Diretor de Recomposição
Florestal das Bacias PCJ, convidando a todos para
participarem dos referidos eventos. Após, a Sra. Patrícia
informou ao plenário sobre a situação dos empreendimentos
195 para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo
uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e dos
Estados de São Paulo e Minas Gerais, localizados nas Bacias
PCJ – Cobranças PCJ e do FEHIDRO, referentes ao exercício
de 2013, conforme Deliberação *ad referendum* dos Comitês
200 PCJ nº 181/13, de 07/10/13, os quais estão em processo de
cadastramento junto aos agentes técnicos e financeiros. A Sra.

Patrícia apresentou a situação dos 65 empreendimentos
indicados para recebimento dos recursos
FEHIDRO/Cobranças PCJ, no exercício 2012, informando
205 que 08 empreendimentos indicados tiveram seus prazos
prorrogados, 14 empreendimentos foram concluídos e 02
cancelados. Ainda, forneceu informações sobre o quantitativo
financeiro de desembolsos, dos trabalhos desenvolvidos pela
Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ, junto
210 aos tomadores de recursos das Cobranças PCJ e FEHIDRO e
do fluxo financeiro na execução dos empreendimentos. **2.3.**
pelos membros: O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Hugo
Piffer Leme, representante da ASSEMAE, que informou que
foi publicado no Diário Oficial da União, do dia 24 de outubro
215 de 2013, a liberação de repasse dos recursos do PAC 2
(Programa de Aceleração do Crescimento). O Sr. Hugo
destacou que o Sema Piracicaba (Serviço Municipal de Água
e Esgoto) receberá R\$ 16,8 milhões, do PAC 2, para
ampliação, reforma e modernização da ETA (Estação de
220 Tratamento de Água) Capim Fino. Após, o Sr. Moretti cedeu a
palavra à manifestação dos Srs. Francisco Carlos Castro
Lahóz, Secretário-executivo do Consórcio PCJ, Paulo Tínel,
representante da ASSEMAE, Roberto Mário Polga,
representante da CIESP Jundiaí, José Carlos Zambone,
225 representante da Associação dos Atrativos do Salto, Marco
Antônio dos Santos, representante da ASSEMAE e Vice-
presidente CBH-PCJ e 2º Vice-presidente PCJ FEDERAL,
que se manifestaram solicitando que as discussões sobre a
renovação da outorga do Sistema Cantareira fossem realizadas
230 em uma reunião específica, para que se pudessem analisar e
ponderar todas as propostas recebidas, visando englobá-las no
documento de proposta dos Comitês PCJ, devido à
importância do assunto. Na sequência, o Dr. Ivan Carneiro
Castanheiro e a Dra. Alexandra Faccioli Martins, do
235 Ministério Público Estadual – GAEMA PCJ – Piracicaba,
pediram a palavra e efetuaram a leitura, promovendo a entrega
de documento denominado “Resumo da Manifestação Oral do
Ministério Público na 54ª Reunião da Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ de Bacias
240 Hidrográficas (CBHs-PCJ), em Capivari -25/10/13”,
elaborado pelo Ministério Público Estadual – GAEMA PCJ –
Piracicaba, Ministério Público Estadual – GAEMA PCJ –
Campinas e Ministério Público Federal, presentes na reunião,
sugerindo ao Coordenador da CT-PL que adotasse as
245 providências necessárias para a retirada do item nono da pauta
e reformulação da minuta apresentadas. Após, as discussões, o
Sr. Moretti explicou que devido à impossibilidade de
agendamento de uma reunião extraordinária, em virtude da
necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos para as
250 discussões e os previstos nos regimentos internos dos Comitês
PCJ para convocações, e da disponibilidade do material para
análise dos Plenários dos Comitês PCJ, cuja sua 12ª Reunião
Ordinária está agendada para o dia 07/11/2013, colocou em
votação a proposta de suspensão da presente reunião, após a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-PL – realizada no SAAE Capivari -Capivari/SP, em 25/10/2013, das 9h às 11h26min, e no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, Campinas/SP, em 29/10/2013, das 9h às 16h.

- 255 apreciação do item oitavo da pauta, com a sua retomada no dia
29 de outubro de 2013, às 9h, no Centro de Conhecimento das
Águas - SANASA, Campinas/SP, para a discussão do
documento-proposta dos Comitês PCJ referente à renovação
da outorga do Sistema Cantareira, item nono da pauta desta
260 reunião, para posterior encaminhamento aos Plenários dos
Comitês PCJ, sendo aprovado por unanimidade. **3. Apreciação da Ata da 53ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no dia 06/09/2013, nas dependências do Centro de Conhecimento das Águas da SANASA, em**
265 **Campinas/SP:** O Sr. Moretti questionou aos membros se seria
necessária a leitura da referida ata. A leitura foi dispensada por
unanimidade e o Sr. Moretti abriu espaço para manifestações
sobre o conteúdo da mesma. Não havendo manifestações, a ata
foi aprovada por unanimidade. **4. Apreciação de Deliberação**
270 **ad referendum dos Comitês PCJ:** O Sr. Moretti lembrou que,
nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 164/12, de
14/12/2012, e seus Anexos I a V, que definiram o cronograma
de atividades e as ações passíveis de obtenção de
financiamento com recursos do FEHIDRO e das Cobranças
275 PCJ, os empreendimentos inscritos para seleção e indicação,
em 2013, e que apresentassem todos os documentos exigidos
naquela deliberação, conforme atestado emitido pela Agência
das Bacias PCJ, seriam indicados por meio de deliberação *ad*
referendum dos presidentes dos Comitês PCJ, de acordo com a
280 disponibilidade de recursos financeiros do exercício de 2013,
conforme ordem cronológica de protocolo. Diante do exposto,
o Sr. Moretti relatou que foi dada ampla divulgação ao
processo de inscrição e que foi mantido, pela equipe da
Fundação Agência das Bacias PCJ, plantões para
285 esclarecimentos de dúvidas sobre as condições de acesso aos
documentos e preenchimento dos mesmos; que dos 50 pedidos
de recursos financeiros aos Comitês PCJ, inscritos para o
processo de pré-qualificação visando à obtenção de recursos
do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, 13 foram indeferidos, não
290 se enquadrando nos critérios de seleção de projetos
estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 164/12 ou
como beneficiários do FEHIDRO e das Cobranças PCJ,
restando 37 que foram pré-qualificados e puderam ter
andamento no processo de inscrição, com os ajustes
295 solicitados pelas Câmaras Técnicas; que dos 37
empreendimentos pré-qualificados, após as complementações
solicitadas pela Secretaria Executiva dos Comitês
PCJ/Agência das Bacias PCJ, Câmaras Técnicas dos Comitês
PCJ, Agentes Técnicos e Órgãos Licenciadores, 36
300 empreendimentos se inscreveram para o processo definitivo de
seleção, sendo que foram indeferidos 02 empreendimentos,
pelo fato de não apresentarem toda documentação exigida, e
que 34 empreendimentos apresentaram toda documentação
exigida, e encontram-se perfeitamente enquadrados no Plano
305 Estadual de Recursos Hídricos 2004-2007 e no Plano das
Bacias PCJ 2010-2020, vigentes, incluídos nas propostas de
ações em cada Programa de Duração Continuada- PDC, tendo
condições de serem indicados para recebimento de recursos
das Cobranças PCJ, referentes ao exercício de 2013. Na
310 sequência o Sr. Moretti apresentou os recursos financeiros
disponíveis aos Comitês PCJ, para o exercício 2013, para
contratações de empreendimentos, por meio do FEHIDRO e
das Cobranças PCJ e os empreendimentos indicados para
contratação com recursos do FEHIDRO, da cobrança pelo uso
315 dos recursos hídricos de domínio da União e de domínio do
Estado de São Paulo. Na sequência, o Sr. Moretti abriu espaço
para manifestações dos membros quanto ao conteúdo da
Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ. Não havendo
manifestações, a Deliberação *ad referendum* foi aprovada por
320 unanimidade e será apreciada e referendada na próxima
reunião dos Comitês PCJ. **5. Cancelamento de indicações de empreendimentos:** O Sr. Moretti lembrou que foram
indicados: a) na Deliberação dos Comitês PCJ nº 070/10, de
19/03/2010, para recebimento de recursos oriundos da
cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da
325 União – Cobrança Federal PCJ, como demanda espontânea, no
montante de R\$ 2.884.512,00 (dois milhões, oitocentos e
oitenta e quatro mil, quinhentos e doze reais), o
empreendimento “Aquisição de Equipamentos e Realização de
Obras para Implantação de Setorização de Redes de
330 Distribuição de Água, Zonas de Pressão, Distritos
Pitométricos, Aquisição de Macromedidores e VRPs, no
Município de Jundiá, Bacia do Rio Jundiá – Grupos 01 e 03”,
e que o referido empreendimento foi objeto de contrato junto à
Caixa Econômica Federal, na Gidur/Jundiá, sob nº 0324.010-
69/10, de 25/06/2010; b) na Deliberação dos Comitês PCJ nº
335 085/10, de 13/08/2010, para recebimento de recursos oriundos
da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio
da União – Cobrança Federal PCJ, como demanda espontânea,
no montante de R\$ 3.998.974,75 (três milhões, novecentos e
noventa e oito mil, novecentos e setenta e quatro reais e
340 setenta e cinco centavos), o empreendimento “Aquisição de
Equipamentos e Realização de Obras para Implantação de
Setorização de Redes de Distribuição de Água, Zonas de
Pressão, Distritos Pitométricos, Aquisição de Macromedidores
e VRPs, no Município de Jundiá, Bacia do Rio Jundiá –
345 Grupos 02 e 04”, e que o referido empreendimento foi objeto
de contrato junto à Caixa Econômica Federal, na
Gidur/Jundiá, sob nº 0344.162-25/10, de 11/11/2010; c) na
350 Deliberação dos Comitês PCJ nº 104/11, de 31/03/2011, para
recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos
recursos hídricos em rios de domínio da União – Cobrança
Federal PCJ, como demanda espontânea, no montante de R\$
2.956.074,90 (dois milhões, novecentos e cinquenta e seis mil,
355 setenta e quatro reais e noventa centavos), foi indicado o
empreendimento “Aquisição de Equipamentos e Realização de
Obras para Implantação de Setorização de Redes de
Distribuição de Água, Zonas de Pressão, Distritos
Pitométricos, Aquisição de Macromedidores e VRPs, no
360 Município de Jundiá, Bacia do Rio Jundiá – Grupos 05 e 06”,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-PL – realizada no SAAE Capivari -Capivari/SP, em 25/10/2013, das 9h às 11h26min, e no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, Campinas/SP, em 29/10/2013, das 9h às 16h.

365 e que o referido empreendimento, foi objeto de contrato junto
à Caixa Econômica Federal, na Gidur/Jundiaí, sob nº
0356.358-40/11, de 28/06/2011. Informou que o
Departamento de Água e Esgoto de Jundiaí – DAE Jundiaí,
370 sendo o tomador dos recursos para os três empreendimentos,
apresentou Ofício Presidência nº 058/2013, datado de
30/08/2013, solicitando o cancelamento da indicação dos
empreendimentos tendo em vista que estes se encontram
desatualizados técnica e economicamente. Após os
375 esclarecimentos, o Sr. Moretti informou que a proposta é que
os recursos financeiros correspondentes aos empreendimentos
acima referidos sejam acrescidos ao orçamento de 2014, para
distribuição pelos Comitês PCJ, após o cancelamento das
indicações mencionadas. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a
380 palavra para manifestação dos membros que analisaram as
propostas do cancelamento das indicações em questão, feitas
para recursos da Cobrança Federal PCJ, com os recursos
financeiros correspondentes sendo acrescidos ao orçamento de
2014, para distribuição pelos Comitês PCJ. O Sr. Moretti
colocou a proposta em votação. Não havendo manifestações, a
proposta foi aprovada por unanimidade. **6. Apreciação de**
solicitação de abatimento do “VALOR_{DBO}” 2014: O Sr.
Moretti lembrou que o mecanismo diferenciado de pagamento
do “Valor_{DBO}” é um procedimento aprovado pela Deliberação
385 Conjunta dos Comitês PCJ nº 049/06, de 28/09/06, previsto na
cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União,
nas Bacias PCJ. O Sr. Moretti informou que a Sociedade de
Abastecimento de Água e Saneamento S/A de Campinas –
SANASA solicitou, aos Comitês PCJ, abatimento no
390 “Valor_{DBO}”, em 26/09/2013, referente aos investimentos a
serem realizados no ano de 2014, totalizando R\$
11.424.158,32 (onze milhões, quatrocentos e vinte e quatro
mil, cento e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos) para
as obras do Sistema de Esgotamento Sanitário Nova América,
395 no município de Campinas, e que a Agência PCJ analisou a
solicitação referente aos futuros investimentos em questão
através do Parecer Técnico nº 33/2013, de 08/10/2013,
disponibilizado para esta reunião. Após os esclarecimentos, o
Sr. Moretti abriu a palavra para manifestação dos membros.
400 Não havendo manifestações, o Sr. Moretti colocou o assunto
em votação sendo a solicitação de abatimento no “Valor_{DBO}
Sistema de Esgotamento Sanitário Nova América” aprovada
por unanimidade. **7. Apreciação do Plano de Trabalho e**
Previsão Orçamentária da Fundação Agência das Bacias
PCJ: O Sr. Moretti informou que ocorreram, no dia 10 de
405 outubro de 2013, em Piracicaba/SP, reuniões do Conselho
Fiscal e do Conselho Deliberativo da Agência PCJ, quando
foram apresentadas e aprovadas, para serem apreciadas pelos
Comitês PCJ, as propostas de plano de trabalho e previsão
orçamentária da Agência das Bacias PCJ referentes ao ano de
410 2014 e apresentou as mesmas ao plenário, destacando os
percentuais para custeio da Fundação Agência das Bacias PCJ,
de 10% provenientes da cobrança pelo uso de recursos

hídricos de domínio do estado de São Paulo, e de 7,5%
415 provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos de
domínio da União. Após as manifestações, o Sr. Moretti
colocou as propostas do plano de trabalho e da previsão
orçamentária da Agência das Bacias PCJ, exercício de 2014,
em votação, sendo aprovadas por unanimidade, as quais
420 passam a fazer parte integrante desta ata. **8. Indicação das**
entidades que irão compor o Conselho Deliberativo e o
Conselho Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ,
conforme termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº
045/09: O Sr. Moretti informou que, em decorrência da
425 eleição e recomposição de representantes nos plenários dos
Comitês PCJ e na CT-PL, para o mandato 2013/2015, que
ocorreu em 27/03/12, na cidade de Piracicaba/SP, na ocasião
da 11ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, faz-se necessária a
recomposição, também, dos Conselhos Fiscal e Deliberativo
430 da Agência PCJ, cujos mandatos terminam no próximo dia 7
de novembro. O Sr. Moretti explanou sobre o conteúdo da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, de 28/08/2009, que
aprova os procedimentos para indicação dos membros dos
Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das
435 Bacias PCJ e ressaltou que nos termos do art. 10 da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, a comunicação dos
membros eleitos e indicados será feita por meio de deliberação
ad referendum do presidente do CBH-PCJ. Em seguida,
apresentou a composição pré-estabelecida de acordo com os
440 critérios da Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09 e iniciou o
processo eleitoral para a definição dos representantes dos
municípios paulistas e da sociedade civil para o mandato
2013/2015 dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Fundação
Agência das Bacias PCJ e dos representantes do segmento
445 Estado para o Conselho Fiscal, para o mandato 2013/2015.
Após a eleição, nos termos da legislação, dos membros do
Conselho Deliberativo, a composição ficou: 1) Governo do
Estado de São Paulo: Secretaria de Estado de Saneamento e
Recursos Hídricos; Secretaria de Estado do Meio Ambiente;
450 Secretaria de Estado da Fazenda; Secretaria de Estado de
Planejamento e Desenvolvimento Regional; Secretaria de
Estado de Energia e Companhia de Saneamento Básico do
Estado de São Paulo – SABESP; 2) Municípios: P. M. de
Jundiaí, P. M. de Morungaba, P. M. de Piracicaba, P. M. de
455 São Pedro, P. M. de Rio Claro e P. M. de Vargem; 3) Usuários
de Recursos Hídricos: Sindicato Rural de Campinas,
ASSEMAE e CIESP DR Limeira; 4) Organizações Cívicas:
Consórcio PCJ, IPSA e Rotary International D4590. Para
composição do Conselho Fiscal, foram eleitos os seguintes
460 representantes 1) Governo do Estado: Secretaria da Saúde
(Titular) e Secretaria da Agricultura (Suplente); 2)
Municípios: P. M. de Holambra (Titular) e P. M. de Limeira
(Suplente); 3) Usuários de Recursos Hídricos e Organizações
Cívicas: ÚNICA (Titular) e Associação dos Engenheiros de
465 Jundiaí (Suplente). O Sr. Moretti informou, ainda, que o
prefeito de cada um dos municípios eleitos, conforme disposto

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-PL – realizada no SAAE Capivari -Capivari/SP, em 25/10/2013, das 9h às 11h26min, e no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, Campinas/SP, em 29/10/2013, das 9h às 16h.

na regulamentação do assunto no âmbito dos Comitês PCJ, deverá indicar, por escrito, à Agência das Bacias PCJ, até a reunião de posse dos conselhos, se a representação em questão será por ele próprio exercida ou por seu respectivo suplente na CT-PL. O Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações e, não havendo, colocou em votação a composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, que foi aprovada por unanimidade. **9. Apreciação da Minuta de Deliberação sobre os Critérios para Distribuição de Recursos Financeiros – Exercício 2014:** O Sr. Moretti lembrou que a maior parte dos assuntos que constam da minuta de deliberação em questão haviam sido apreciados, previamente, durante a realização da 53ª Reunião Ordinária da CT-PL, ocorrida no dia 06/09/2013, em Campinas/SP, e que a minuta de deliberação apresentada no material, ratificava o que se estabeleceu na reunião anterior. O Sr. Moretti explicou a origem dos recursos a serem deliberados e sobre o grupo de trabalho criado no âmbito da CT-PL para a proposição dos critérios apresentados na minuta de deliberação em análise. Em seguida, o Sr. Moretti iniciou a apresentação da minuta de deliberação sobre os critérios e o cronograma do processo para distribuição de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, para o exercício 2014, destacando algumas novidades no processo em relação ao ano anterior, em virtude do Plano Plurianual, e em atendimento ao disposto no Plano de Bacias 2010-2020, a saber: a) eventuais saldos no PDC 1, com os recursos da Cobrança Paulista PCJ de 2014, a Agência das Bacias PCJ poderá, por solicitação da CT-PL, ser a tomadora desses recursos para ações dos subprogramas do Plano das Bacias PCJ 2010-2020 não contemplados no PAP-PCJ 2013-2016; b) eventuais saldos, anteriores a 2013, da Cobrança Federal PCJ, disponíveis para distribuição pelos Comitês PCJ, para empreendimentos de 2014, serão aplicados no PDC 5 no Subprograma 5.01 – Racionalização do uso da água no sistema de abastecimento urbano, exceto para as ações de “estudos para a uniformização de uma metodologia para cálculo do índice de perdas nos sistemas de abastecimentos públicos”; c) utilizar o percentual máximo (decreto da Cobrança Paulista PCJ) dos recursos disponíveis para investimentos, da Cobrança Paulista PCJ, e 100% (cem por cento) dos recursos disponíveis do FEHIDRO (quota-parte do CBH-PCJ), para as ações enquadradas no PDC 5, sendo que, havendo saldo remanescente, este será aplicado em empreendimentos do PDC 3; d) na relação de documentos obrigatórios para apresentação de empreendimentos ao FEHIDRO e Cobranças PCJ, foram retirados vários documentos em relação aos anos anteriores, simplificando a quantidade de documentos a serem protocolados, bem como o tempo de protocolo, dando-se um prazo pós-deliberação de indicação de empreendimento, para apresentação de documentação específica da fonte onde o tomador irá captar o recurso. Finalizadas as explanações, o Sr. Moretti abriu a palavra para discussão e, após as manifestações do plenário,

colocou a minuta de deliberação em votação, sendo aprovada por unanimidade. **10. Suspensão da Reunião:** Não havendo outros assuntos a deliberar e após as manifestações, o Sr. Moretti, conforme deliberado no início da presente reunião, suspendeu a 54ª Reunião Ordinária da CT-PL, às onze horas e vinte e seis minutos, do dia 25 de outubro de 2013, devendo ser retonada, às nove horas do dia 29 de outubro de 2013, no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, no município de Campinas. **11. Retomada dos trabalhos - assuntos a deliberar: 9. Apreciação da minuta de proposta dos Comitês PCJ referente à renovação da outorga do Sistema Cantareira”:** Às nove horas do dia 29 de outubro de 2013, no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, no município de Campinas, ocorreu a retomada da reunião, que foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, que cumprimentou a todos e agradeceu à SANASA pela cessão do espaço. Passou a palavra ao Sr. Arly de Lara Romão, Diretor-presidente da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), o qual deu as boas-vindas, ressaltando sobre a importância das discussões acerca da renovação da outorga do Sistema Cantareira, desejando sucesso e produtividade na construção coletiva de uma proposta que satisfaça as necessidades das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e da Macrometrópole Paulista. Na sequência, o Sr. Moretti, convidou a todos a retomarem os trabalhos, ressaltando que o tempo de suspensão propiciou a conclusão de algumas análises que foram distribuídas a todos, auxiliando na discussão do tema como um todo. O Sr. Moretti lembrou que foram recebidas contribuições das Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas (CT-AS), de Educação Ambiental (CT-EA), de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), do Plano de Bacias (CT-PB), de Proteção e Conservação de Recursos Naturais (CT-RN), de Saneamento (CT-SA), de Saúde Ambiental (CT-SAM) e de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) e das entidades Câmara de Vereadores de Piracicaba, Consórcio PCJ, Lions Clube Piracicaba-Centro, Prefeitura Municipal de Piracicaba, SANASA/Campinas, do GAEMA - Ministério Público do Estado de São Paulo e que, mediante as contribuições recebidas, a Secretaria-executiva dos Comitês PCJ e a Agência das Bacias PCJ fizeram a consolidação das contribuições recebidas, focando em uma proposta dentro da legislação sobre outorga em recursos hídricos, tendo por objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso aos recursos hídricos. O Sr. Moretti lembrou que por ocasião da renovação da outorga do Sistema Cantareira, em 2004, aprovou-se a Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 007/04, de 01/06/2004, na qual os Comitês PCJ manifestaram-se sugerindo a implementação de medidas compensatórias e de acompanhamento técnico, que não foram levadas em consideração, pois não podiam ser, conforme legislação, impostas ao usuário que está sendo outorgado. Diante do exposto o Sr. Moretti explicou que, com base nas propostas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-PL – realizada no SAAE Capivari -Capivari/SP, em 25/10/2013, das 9h às 11h26min, e no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, Campinas/SP, em 29/10/2013, das 9h às 16h.

575 apresentadas, visou-se elaborar uma minuta para negociação
inicial na CT-PL, buscando-se consensos e complementos às
contribuições apresentadas, dentro daquilo que se entendeu ser
o que uma outorga permite. Após, o Sr. Moretti, propôs que se
iniciasse a análise da proposta para a renovação da outorga do
Sistema Cantareira, em 2014, através do documento
580 apresentado no material entregue na reunião iniciada em 25 de
outubro de 2013, no SAAE Capivari, constante a partir da
página 105 do material disponibilizado. Colocada em
votação, a proposta apresentada foi aprovada por
unanimidade. Na sequência, o Sr. Moretti iniciou a leitura da
minuta proposta para os Comitês PCJ, sobre a renovação da
585 outorga do Sistema Cantareira em 2014. Ocorreram várias
manifestações e contribuições feitas por: Petrus Bartholomeus
Weel, representante da P. M. de Holambra; Roberto Mario
Polga, representante do CIESP – DR Jundiá, Hélio Rubens G.
Figueiredo, representante da SABESP; Regina Aparecida
590 Ribeiro, Coordenadora da CT-PB; Antonio Carlos Valente,
representante da Foz do Brasil; Marco Antônio dos Santos,
representante da ASSEMAE e Vice-presidente CBH-PCJ e 2º
Vice-presidente PCJ FEDERAL; Dra. Sandra Akemi Shimada
Kishi, Procuradora do Ministério Público Federal; Dr. Ivan
595 Carneiro Castanheiro, Promotor do Ministério Público
Estadual – GAEMA PCJ – Piracicaba; Dra. Alexandra
Faccioli Martins; Promotora do Ministério Público Estadual –
GAEMA PCJ – Piracicaba; Dr. Rodrigo Sanches Garcia,
Promotor Ministério Público Estadual – GAEMA PCJ –
600 Campinas; Dr. Geraldo Navarro Cabañas, Promotor do
Ministério Público Estadual – GAEMA PCJ – Campinas;
Michel Metran da Silva, Assistente Técnico de Promotoria do
Ministério Público Estadual – GAEMA PCJ – Piracicaba; José
Roberto Fumach, representante da SABESP; Claudia Grabher,
605 representante da ELO Ambiental e Coordenadora Adjunta da
CT-RN; Astor Dias de Andrade, Coordenador da CT-MH;
Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio
PCJ; Nelson Luiz Neves Barbosa, representante da Terceira
Via; Michele Consolmagno, representante da P. M. de
610 Vargem; Waldir Souza, representante da COPASA; Paulo
Henrique Pereira, representante da P. M. de Extrema; Nilzo
René Nunes, representante da SABESP; Jairo Alves Junior,
Coordenador da CT-Indústria; João Primo Baraldi,
representante da Sindicato Rural de Rio Claro e Coordenador
615 da CT-Rural; Alexandre Vilella, representante do Consórcio
PCJ; Paulo Roberto S. Tinel, representante da ASSEMAE;
Maria Luísa Bonazzi Palmieri, Coordenadora da CT-EA;
Eneida Mara Moraes Zanella, representante da CETESB;
Geraldo Gonçalves Pereira, representante da P. M. de Rio
620 Claro. Após a finalização da leitura e dos debates, analisando-
se todas as contribuições apresentadas, que ocorreram item por
item, com votações ao final de cada um deles, a proposta sobre
a renovação da outorga do Sistema Cantareira, em 2014, dos
Comitês PCJ, foi submetida a uma votação geral, sendo
625 aprovada com o voto contrário da SABESP e a abstenção da

SSRH, para ser apresentada aos plenários dos Comitês PCJ, a
seguinte redação consolidada pela Secretaria Executiva: *Tendo
por base as contribuições recebidas das Câmaras Técnicas de
Águas Subterrâneas (CT-AS), de Educação Ambiental (CT-
630 EA), de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), do Plano de
Bacias (CT-PB), de Proteção e Conservação de Recursos
Naturais (CT-RN), de Saneamento (CT-SA), de Saúde
Ambiental (CT-SAM) e de Uso e Conservação da Água no
Meio Rural (CT-Rural) e das entidades: Câmaras de
635 Vereadores de Vereadores de Cordeirópolis, Louveira,
Piracicaba; Valinhos e Vinhedo; Consórcio PCJ; Lions Clube
Piracicaba-Centro; Prefeitura Municipal de Piracéia,
SANASA/Campinas; Ministério Público Estadual (GAEMA,
Núcleos PCJ-Piracicaba e PCJ-Campinas) e do Ministério
640 Público Federal e, considerando: a real necessidade de um
aumento da disponibilidade hídrica nas Bacias PCJ, conforme
projeções do Plano das Bacia PCJ 2010-2020; os resultados
do Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos
para a Macrometrópole Paulista; a necessidade de
645 manutenção da gestão compartilhada das águas do Sistema
Cantareira; que as regras estabelecidas na Portaria DAEE nº
1213/04, na prática, demonstraram não atender totalmente às
necessidades de água das Bacias PCJ; Propõe-se que a
próxima outorga (renovação) do Sistema Cantareira, válida a
650 partir de 2014, contemple os seguintes itens: 1. Prazo de
validade da outorga de 10 (dez) anos, com revisão obrigatória
em 05 (cinco) anos para verificação das condicionantes desta
outorga, de obras e demais ações realizadas, ficando
expressamente estabelecido que devam ser verificados: a) a
655 efetiva conclusão, em 2018, das obras de construção e início
de operação das barragens Pedreira e Duas Pontes e do
sistema adutor de distribuição de água bruta para essas
barragens ou, na hipótese de inviabilidade ambiental, técnica
e jurídica, da implementação dos demais “arranjos” e ações
660 conjuntas, constantes do Plano Diretor de Aproveitamento
Hídrico da Macrometrópole Paulista, a fim de garantir a
ampliação da oferta hídrica quali-quantitativa, para as
Bacias PCJ, adequada ao crescimento da demanda hídrica
das bacias PCJ; b) efetivo cumprimento, nos municípios
665 operados pela SABESP, das metas e prazos do Plano das
Bacias PCJ e dos Planos de Saneamento desses Municípios;
1.1) A Sabesp deverá submeter relatórios anuais, a serem
entregues até o último dia útil do mês de julho de cada ano, à
apreciação e validação dos órgãos outorgantes e dos Comitês
670 PCJ, com ampla divulgação nos sites oficiais desses órgãos;
1.2) Os Comitês PCJ poderão solicitar a realização de
revisões periódicas ou intermediárias sempre que verificarem
essa necessidade com base em aspectos quantitativos e
qualitativos das disponibilidades hídricas nas Bacias PCJ; 2)
675 Reformulação do “Banco de Águas” com a criação de um
limite superior para o volume de água nele armazenado, igual
a 120 hm³, sendo que o volume assim reservado será aqui
denominado “Reserva Estratégica”: a) Essa Reserva*

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-PL – realizada no SAAE Capivari -Capivari/SP, em 25/10/2013, das 9h às 11h26min, e no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, Campinas/SP, em 29/10/2013, das 9h às 16h.

680 *Estratégica terá limites tanto para os Comitês PCJ quanto*
para a SABESP, de 60 hm³ para cada um, que serão
administrados conforme o modo de operação atual do Banco
de Águas; b) Para início de funcionamento da Reserva
Estratégica, tanto os Comitês PCJ quanto a SABESP contarão
com um volume de 30 hm³, cada um, independente do Estado
685 *do Sistema Equivalente na data de publicação da nova*
outorga do Sistema Cantareira; c) A Reserva Estratégica será
alimentada pelas reservas efetuadas pelos Comitês PCJ e pela
SABESP, como efetuado atualmente, considerando os limites
máximos de retirada definidos pelas Curvas de Aversão a
690 *Risco, porém fixando-se o limite máximo de 120 hm³,*
respeitando o limite de 60 hm³ para cada partícipe, para a
Reserva Estratégica; sendo que, se houver poupança de água
além desses limites superiores de cada partícipe (Comitês
PCJ e SABESP), os correspondentes volumes serão
695 *incorporados ao Estado do Sistema Equivalente; d) Quando*
da necessidade de vertimento de água para abertura de
volumes de espera, ou em caso de cheias, o volume vertido
não será descontado da Reserva Estratégica. e) Em casos de
estiagens severas, quando for utilizada a totalidade das
700 *reservas, de qualquer dos partícipes, o Estado do Sistema*
Equivalente deverá suprir um volume extraordinário para a
Reserva Estratégica, de até 60 hm³, para garantir a
complementação do abastecimento dos dois partícipes, que
será operado pelos Comitês PCJ, ouvidos os órgãos
705 *outorgantes; 3) A vazão destinada para os Comitês PCJ*
deverá ser ampliada conforme segue: demanda primária 5,0
m³/s e secundária 3,0 m³/s; com vazão total de 8,0 m³/s (ou
seja, mais 3,0 m³/s em relação ao constante na Portaria
DAEE nº 1213/04), mantidas as garantias de atendimento ao
710 *atual do Sistema Equivalente e, a partir de 2018, não*
ocorrendo a construção das barragens de Duas Pontes e
Pedreira, bem como do sistema adutor de água bruta dessa
barragens, a vazão total acima descrita será acrescida de 1
m³/s, anualmente, conforme segue:

ano	vazão total p/ Bacias PCJ (m ³ /s)
2019	9,0
2020	10,0
2021	11,0
2022	12,0
2023	13,0
2024	14,0

715 *4)Deverão ser realizados, após a publicação da outorga,*
pelos órgãos outorgantes, com acompanhamento dos Comitês
PCJ, estudos que permitam a avaliação, pelos Comitês PCJ,
de possível revisão das CARs, contemplado, dentre outros
aspectos: as demandas a montante das barragens,
720 *principalmente da porção mineira das bacias PCJ; a*
incorporação do reservatório Paiva Castro no Sistema
Equivalente; a sinergia de operação com a construção dos
reservatórios de Duas Pontes e Pedreira; 5) Deverá ser

exigida da SABESP a ampliação e modernização da rede de
725 *postos de monitoramento de chuva, vazão, sedimentos e*
qualidade de água bruta na bacia de contribuição do Sistema
Cantareira, devendo responsabilizar-se pela instalação,
operação e manutenção, desses postos, que deverá ter os
dados coletados automaticamente e transmitidos on line, salvo
730 *quando houver impossibilidade técnica, à Sala de Situação*
das Bacias PCJ, instalada na sede do DAEE/BMT em
Piracicaba, com a utilização da melhor tecnologia disponível,
compatível com os sistemas oficiais: a)O plano em questão
deverá conter cronograma com efetivação progressiva das
735 *instalações até 2018 e operação e manutenção contínuas até a*
validade desta outorga; deverá ser submetido à aprovação
dos Comitês PCJ até 180 (cento e oitenta) dias após a
outorga, devendo contemplar, ainda, cronograma físico-
financeiro de instalação, operação e manutenção para ser
740 *considerado para as verificações de cumprimento das*
condicionantes da outorga em questão; b) Após a aprovação
pelos órgãos outorgantes e pelos Comitês PCJ, o plano em
questão deverá ser formalizado por meio de termo de
compromisso; 6) Deverá ser exigida da SABESP a instalação,
745 *modernização, operação e manutenção de equipamentos de*
monitoramento dos níveis dos reservatórios e dos dispositivos
hidráulicos de descarga de vazões para jusante das barragens
e de transferência de vazões para a bacia do rio Juqueri
(túnel 5), com os dados coletados automaticamente e
750 *transmitidos on line, salvo quando houver impossibilidade*
técnica, à Sala de Situação das Bacias PCJ, instalada na sede
do DAEE/BMT em Piracicaba, com a utilização da melhor
tecnologia disponível, compatível com os sistemas oficiais: a)
O plano em questão deverá conter cronograma com
755 *efetivação progressiva das instalações até 2018 e operação e*
manutenção contínuas até a validade desta outorga; deverá
ser submetido à aprovação dos Comitês PCJ até 180 (cento e
oitenta) dias após a outorga, devendo contemplar, ainda,
cronograma físico-financeiro de instalação, operação e
760 *manutenção para ser considerado para as verificações de*
cumprimento das condicionantes da outorga em questão; b)
Após a aprovação pelos órgãos outorgantes e pelos Comitês
PCJ, o plano em questão deverá ser formalizado por meio de
termo de compromisso com os órgãos outorgantes; 7) A
765 *SABESP deverá, no prazo de 12 (doze) meses após a*
publicação da outorga, apresentar, aos órgãos outorgantes e
aos Comitês PCJ, Planos de Contingência e Emergência, para
situações de cheias e estiagens, que contemplem, dentre
outros aspectos, a execução, pela SABESP: a) da avaliação e
770 *execução de medição do tempo de trânsito nos rios Atibaia,*
Atibainha, Cachoeira, Jaguari e Piracicaba, até a cidade de
Piracicaba; b) de instalação de sistemas de alerta à
população, aos serviços de saneamento e às Defesas Civas dos
municípios a jusante das barragens localizados às margens
775 *dos rios acima mencionados; c) de apoio aos municípios sob*
influência das descargas do Sistema Cantareira na

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-PL – realizada no SAAE Capivari -Capivari/SP, em 25/10/2013, das 9h às 11h26min, e no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, Campinas/SP, em 29/10/2013, das 9h às 16h.

operacionalização de instrumentos para gerenciamento dos riscos à saúde humana associados aos sistemas de abastecimento de água e desenvolvimento de Planos de Segurança da Água; 7.1) Esses planos deverão ser aprovados pelos órgãos outorgantes e pelos Comitês PCJ, com indicação das metas e cronogramas, com a previsão de etapas parciais e respectivos prazos, não devendo a execução integral, no entanto, ultrapassar o prazo de 31 de julho de 2019, sem prejuízo das obrigações de caráter permanente; 7.2) Após a aprovação pelos Comitês PCJ, que não poderá ultrapassar dezembro de 2014, os planos em questão deverão ser formalizados por meio de termo de compromisso com os órgãos outorgantes; 8) A SABESP deverá executar ações para garantir a veiculação com eficiência das vazões descarregadas para jusante das barragens, seja nos períodos de estiagem como nos de cheias, decorrentes dos termos da nova portaria de outorga, destacadamente, para término das obras de canalização do rio Cachoeira, em Piracaba-SP, incluindo o desassoreamento do lago e recuperação do barramento do Parque Ecológico, com implantação de Parque Linear ao longo do trecho urbano do rio Cachoeira, e a recuperação (desobstrução e desassoreamento) e manutenção contínua das calhas dos rios Atibainha e Cachoeira, de jusante das barragens do Cantareira até a confluência desses dois corpos d'água; 9) Que conste da outorga a condicionante abaixo justificada e descrita: Considerando que o Decreto nº 41.258, de 31 de outubro de 1996, do Governador do estado de São Paulo, que regulamentou o disposto na Lei (SP) nº 7.663, de 31 de dezembro de 1991, sobre a outorga de direito de uso dos recursos hídricos, dispõe em seu inciso IV do art. 6º (SEÇÃO II “Dos Efeitos das Outorgas”, SUBSEÇÃO I “Dos Direitos, Obrigações e Restrições”), que “obriga-se o outorgado a manter a operação das estruturas hidráulicas de modo a garantir a continuidade do fluxo d'água mínimo, fixado no ato de outorga, a fim de que possam ser atendidos os usuários a jusante da obra ou serviço”; Considerando que a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, estabelece em seu art. 11. (Capítulo IV - DOS INSTRUMENTOS; Seção III - DA OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS) que “o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água”; Considerando que os estudos de planejamento das Bacias PCJ adotaram como vazão de referência a mínima média de 7 dias consecutivos e período de retorno 10 anos ($Q_{7,10}$), as quais, nas seções das barragens dos Sistema Cantareira, somadas, atingem o valor de 7,4 m³/s (Rel. Sit. PCJ 2004-2006 e SSD PCJ), superior, em boa parte do tempo, às descargas para jusante dessas obras, mesmo com a operacionalização da Reserva Estratégica descrita no item 2 e o aumento proposto no item 3, acima, caracterizando uma perda de disponibilidade

830 hídrica com prejuízos aos usuários situados a jusante das barragens em questão, na bacia hidrográfica do rio Piracicaba, seja em quantidade como em qualidade das águas, pois a Reserva Estratégica tem que ser obtida à custa de restrições de vazões ao longo do tempo; Propõe-se: Que a

835 SABESP apresente aos órgãos outorgantes no período de 12 (doze meses), após a publicação da nova outorga, Planos de Recomposição da Disponibilidade Hídrica nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Bacias PCJ, com as seguintes características e condições: I)

840 Obrigatoriedade dos planos serem aprovados pelos Comitês PCJ para que essa condicionante da outorga possa ser considerada como atendida, pelos órgãos outorgantes; II) Horizonte de implantação das ações até 31 de dezembro de 2023, mediante metas intermediárias e progressivas; III) Os

845 planos devem possuir metas anuais, até 31 de dezembro de cada ano, e final, por programa, subprograma ou ação, com os respectivos indicadores para verificação do cumprimento da implantação das ações propostas, para fins de acompanhamento pelos Comitês PCJ e fiscalização pelos

850 órgãos outorgantes; IV) Em cada plano deve constar a descrição; as justificativas e os cronogramas de implantação de cada programa, subprograma e ação propostos, para, dentre outras finalidades, permitir o acompanhamento pelos Comitês PCJ e a fiscalização pelos órgãos outorgantes; V)

855 Cada plano, após sua aprovação conforme acima previsto, deverá ser formalizado por meio de termo de compromisso com os órgãos outorgantes; VI) Apresentação, pela SABESP, aos órgãos outorgantes e aos Comitês PCJ, até 31 de março de cada ano, de relatórios anuais sobre o cumprimento das

860 metas e dos cronogramas de cada plano em questão, a fim de subsidiar a fiscalização dos órgãos outorgantes, para os fins dos incisos I e IV, do art. 15, da Lei Federal nº 9433/97; VII) Os planos em questão poderão ser elaborados por temas ou assuntos afins e devem contemplar, dentre outras, ações nas

865 seguintes linhas de atuação: a) Controle de perdas em sistemas de distribuição de água, atendendo as metas do Plano de Bacias; b) Recuperação de nascentes e de vegetação ciliar e de encostas, em APPs, podendo incluir ações de “pagamento por serviços ambientais”; c) Implantação e

870 operação de sistemas de tratamento de esgotos urbanos, e tratamento de lodos de ETAs, compatíveis com o enquadramento dos corpos d'água e diretrizes estabelecidas no Plano das Bacias PCJ; d) Reúso de efluentes líquidos urbanos; e) Aproveitamento de água de chuva; f)

875 Monitoramento hidrológico quali-quantitativo a jusante das barragens do Sistema Cantareira, com transmissão telemétrica, on line, de dados coletados à Sala de Situação PCJ instalada na sede do DAEE/BMT, em Piracicaba; g) Implantação das estações de tratamento de lodo em suas

880 unidades produtoras de água, com o objetivo de recuperação de volumes utilizados no processo de tratamento; h) Interligação dos dados gerados na Sala de Controle da

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 54ª Reunião Ordinária da CT-PL – realizada no SAAE Capivari -Capivari/SP, em 25/10/2013, das 9h às 11h26min, e no Centro de Conhecimento das Águas - SANASA, Campinas/SP, em 29/10/2013, das 9h às 16h.

885 *SABESP, do Sistema Cantareira, à Sala de Situação PCJ*
instalada na sede do DAEE/BMT, em Piracicaba; i) Aumento
da disponibilidade hídrica por meio de reservatórios de
regularização de vazões, a jusante das barragens do Sistema
Cantareira; j) Contribuições financeiras a programas e ações,
conduzidos pela Fundação Agência das Bacias PCJ,
contemplados no Plano das Bacias PCJ; k) Educação
890 *Ambiental voltada aos recursos hídricos, em consonância com*
a Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ; l)
Restauração florestal e conservação de solos para recarga
dos aquíferos; m) Implantação de projetos de recuperação,
preservação e conservação das áreas rurais das bacias
895 *hidrográficas que deságuam e alimentam o Sistema*
Cantareira, que deverão ser elaborados pelos Comitês PCJ,
priorizando a diminuição do alto escoamento das águas
pluviais e o uso e ocupação correta do solo rural; 10)
Comprovação do cumprimento integral das condicionantes da
900 *outorga de 2004 ou a imediata reparação por inobservância*
dos incisos I e IV do art. 15, da Lei 9433/97. 12
Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti
agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 54ª
Reunião Ordinária da CT-PL.

905

910 Luiz Roberto Moretti
Secretário-executivo dos Comitês PCJ e
Coordenador da CT-PL